

**Ata da Reunião da Comissão de Divisão e
Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos,
realizada no dia 29 de março de 2010.**

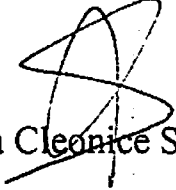
Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dez, no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, às dezesseis horas e trinta minutos, sob a presidência da desembargadora Cleonice Silva Freire e presente os membros desembargadores Cleones Carvalho Cunha, Lourival de Jesus Serejo Sousa e Jaime Ferreira de Araújo, reuniu-se a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, apreciando os seguintes processos: **Processo nº 7138/2010 - apresentado pelo presidente do Tribunal de Justiça e que trata do Regulamento do Fundo Especial do Registro Civil das Pessoas Naturais e que havia sido adiado a pedido de vista do desembargador Cleones Cunha:** aprovado à unanimidade para que seja submetido à apreciação do Plenário com as alterações de redação sugeridas pelo desembargador Cleones. **Processo nº 25.102/2009 - Projeto de Regulamento da Biblioteca do Tribunal de Justiça que havia sido adiado a pedido de vista do desembargador Cleones Cunha:** aprovado à unanimidade para que seja submetido à apreciação do Plenário com as alterações de redação sugeridas pelo desembargador Cleones. **Processo nº 9973/2010 – Ofício nº 032/2010 do presidente da Assembléia Legislativa encaminhando a indicação 070/2010 da autoria do deputado Rubens Júnior que sugere a adoção de providências para que as varas especializadas da Infância e Juventude de São Luís possam atender os demais municípios da Ilha Upaon-Açu:** a Comissão unanimemente rejeitou a proposição por entender que cada município da Ilha tem seu próprio juiz e que não se pode estender a jurisdição de uma comarca sobre outra. **Processo nº 93914/2010 – no qual a Associação dos Magistrados do Maranhão requer seja readequada a remuneração dos assessores dos juizes de direito e**

[Assinatura]

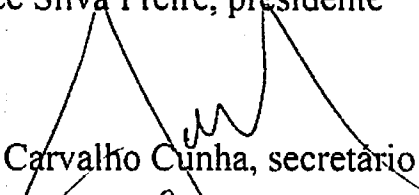
[Assinatura]

exigido para o referido cargo a conclusão do curso de Direito: à Comissão unanimemente decidiu encaminhar à Diretoria Financeira e a o presidente do Tribunal para manifestação sobre o assunto e após o que o presidente do Tribunal convoque reunião da Comissão para discussão da matéria. **Processo nº 47553/2009** - no qual funcionários do Poder Judiciário pedem sejam os seus antigos cargos de datilógrafos considerados como Técnico Judiciário e não como Auxiliar Judiciário: por maioria, vencido o desembargador Jaime Araújo, entendeu a Comissão pelo indeferimento do pedido porque para os antigos cargos de datilógrafo não era exigido a escolaridade de nível médio e sim de nível fundamental e que o Plenário já havida se pronunciado sobre a matéria. **Processo nº 11.246/2010** - no qual o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário requer que a Comissão se abstenha de deliberar sobre a extinção do Núcleo de Apoio à Justiça de 1º Grau sem a participação do referido Sindicato: à Comissão unanimemente indeferiu o pedido porque o Sindicato terá voz no Plenário quando da discussão da matéria. **Processo nº 8444/2010** (apenso o s processos 7991/2010 e 232/2009) - no qual a Associação dos Magistrados do Maranhão requer a extinção de cargos em comissão do Tribunal de Justiça e outras providências: à Comissão unanimemente decidiu encaminhar o processo ao presidente do Tribunal para que se manifeste sobre a questão inclusive ouvindo a Diretoria Financeira e convoque reunião da Comissão para que com sua presença discuta a matéria. **Processo nº 11.247/2010** no qual o Sindicato dos Servidores do Judiciário do Maranhão requer a realização de Audiência Pública para debater o projeto de inclusão dos oficiais de justiça como analistas judiciários apresentado pela desembargadora Nelma: à Comissão à unanimidade indeferiu o pedido porque o Sindicato pode apresentar manifestações escritas à Comissão e que poderá discutir a matéria quando da apreciação do Plenário do Tribunal onde o presidente do Sindicato pode fazer uso da palavra pelo prazo de quinze minutos em todas as matérias de interesse dos servidores. **Projeto de Lei de alteração do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão:** à Comissão unanimemente aprovou a emenda do desembargador Cleones Cunha para que seja criada a 7ª Vara da Comarca de Timon e também a alteração da competência das demais varas (processos 2124-2009-TJ e 21030-2009). **Processo 2299/2009** (apenso processo 41.918/2009 da Associação dos Magistrados) no qual o desembargador Lourival Serejo requer seja estabelecida gratificação por comarca de difícil acesso: a Comissão unanimemente, inclusive com o voto do desembargador Lourival, inferiu o requerido por entender que no Estado do Maranhão não existem comarcas de difícil acesso ou de difícil provimento, pois todas são ligadas por estradas asfaltadas e dispõem dos meios de comunicação e que distância da Capital não caracteriza o difícil acesso ou o difícil provimento.

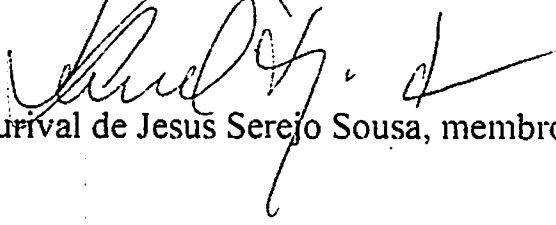
Do que para constar, foi por mim, Cleones Cunha, designado secretário *ad hoc* da Comissão, lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.



Desembargadora Cleonice Silva Freire, presidente



Desembargador Cleones Carvalho Cunha, secretário designado



Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, membro

Desembargador Jaime Ferreira de Araújo, membro